

Entre o 25 e os trinta!

Humberto Martins

Em boa hora, e num momento mais que oportuno, a Associação 25 de Abril propôs-se a debater Democracia em Congresso, de forma aberta e participada, misturando protagonistas com espectadores, numa troca de opiniões coincidente com o que de melhor a democracia nos oferece: liberdade de opinião e de crítica. Numa postura interessada em reflectir sobre a convivência democrática, eis que surge um espaço e um tempo para, no momento em que 30 anos nos distanciam do decisivo movimento para a liberdade, se reflectir, se criticar e se sugerir o que de bom e mau nos vem acontecendo e, sem imposições ou condicionantes, dar asas à liberdade de expressão e de pensamento conquistada ao autoritarismo.

Trinta anos depois do dia de todos os D's, serão notórias as diferenças que nos permitem contrapor a consolidação democrática da liberdade à castração de um regime totalitário de quatro décadas. O paralelismo temporal da duração entre ambas as realidades permite-nos constatar que, se exactamente cíclica fosse a história, porventura teríamos então apenas mais uma década para que grandes mudanças se operassem no nosso sistema de governo e de expressão. Apesar de hipótese meramente especulativa, esta conjectura referencia-nos um ponto de partida para reflectir sobre o estado em que nos encontramos, os méritos e deméritos da actual democracia, as formas de participação cívica de cada um, a maturidade das instituições representativas, a forma de exercício de poderes ou a legitimidade decisória percebida.

Nesta hercúlea tarefa, porventura mais avisada para a ciência política, o que cada um de nós, como meros cidadãos preocupados e interessados, pode fazer? Pode...

Comecemos por aqui mesmo: pode?

Como se de um privilegio se tratasse, ou de um direito especialmente concedido! A colocação da questão assentará, antes de mais, no dever e não apenas no poder!

A liberdade e a democracia não concedem direitos! Concedem, antes de mais, deveres.

Dever de preservar direitos... dever de sustentar a democracia... dever de participar e intervir...

É esta, para mim, a principal motivação que direcciona a presente participação, sem preconceitos ou condicionantes para além do que o 25 de Abril me inspirou: liberdade de expressão sustentada na democracia.

Que contributo tem o dever de dar alguém entre o 25 e os trinta?

Filho de Abril, herdeiro de uma democracia conquistada e usufrutuário simples da liberdade. Do antes, apenas conhece relatos, mais ou menos apaixonados, sobre tempos dogmáticos onde o pensar era contra-ordenação e o questionar crime capital. Da revolução, chegaram-lhe impressões de actos heróicos e da abnegação pessoal em prol do bem comum.

Do logo após, incertezas e dúvidas sobre o rumo imediato.

A subsequente evolução da consolidação de algo, até então, estranho e extrínseco à sociedade portuguesa assim inadaptada ao uso dos novos poderes. O lento percurso da habituação aos mecanismos e procedimentos democráticos e o paralelo com desfasada percepção do seu conteúdo e

funções. A sedução do poder nas mãos de cada um *versus* a pouca utilidade atribuída ao mesmo. Até ao hoje, no seu estado actual...

Se todas estas percepções estarão, certamente, eivadas de distorção, elas são também provavelmente algumas das mais difundidas entre aqueles que, entre o 25 e os trinta, vivem no nosso Portugal democrático. Bastaria até esta preocupante possibilidade para que esteja, de forma atentatória, debilitado o modo de gestão democrática e instaladas, no senso comum da população portuguesa, dúvidas e expectativas frustrantes.

Sendo certo que o futuro se constrói no presente, reflicto apenas o que vão sendo as minhas impressões do presente na convicção de que, o amanhã, evoluirá positivamente.

Proponho assim uma breve e impressiva abordagem da participação juvenil, ou da sua ausência, na causa pública.

Começo por dois paradoxos, entre o completamente alheado e entre o participante destacado.

Os alheados...

O que desmotiva a participação dos jovens?

Que bloqueios cerceiam o impulso de intervenção natural e espontâneo de um jovem?

Porque aparentemente não se auto-questionam os jovens sobre aquilo que os rodeia?

Será que o não fazem?

Existirão múltiplas e diversas justificações, mas detenho-me apenas na simples intuição com o senso comum de quem convive, discute e interage diariamente entre iguais.

Comecemos pela formação e pela cultura. Não restringindo o tema aos aspectos formais de educação, de causas e limitações já massivamente diagnosticadas, tentemos ir mais além em relação às mensagens subjacentes no nosso percurso educativo de hoje.

Desde a primeira classe do ensino básico até à última cadeira do ensino superior, o educando tem um percurso organizado de matérias e saberes, plasmado em programas curriculares, que o guiam de forma progressiva na descoberta do conhecimento.

Embora não seja consensual sequer, acreditemos que isto assim acontece.

No entanto, ao longo deste percurso educativo podemos interrogar-nos sobre que necessidades pessoais são suscitadas? Que desenvolvimento intelectual, autónomo e crítico, foi inculcado nos estudantes?

Qual o contributo educativo para uma melhor consciência do que sou, qual o meu papel na sociedade ou quais os direitos e deveres democráticos?

Quantos de nós se sentiram motivados a ir mais além, do que o manual escolar ou da sebenta, em busca de mais saberes?

Quantos livros, fora do programa obrigatório, me apeteceram ler?

Alguma vez senti a curiosidade, para lá das matérias, para ir ao Teatro?

Foi-me despertada alguma sensibilidade para apreciar uma exposição?

Alguma tertúlia ou discussão relevou do aprendido na sala de aula?

Mesmo no ensino superior, escola tradicional do espírito crítico e livre pensamento, que forma de estar perante a vida e atitude me transmitiram?

De facto, e por experiência própria, muito poucas vezes se sente algum estímulo para que a aprendizagem seja um percurso inacabado e contínuo, no

qual cada um eleva a fasquia das suas necessidades e expectativas de formação e informação.

Casos haverão em que a resposta é sim. Excepções existem, mas são motivo de preocupação por serem precisamente isso mesmo... excepções.

Infelizmente, estou certo que estas serão apenas uma diminuta minoria, o que é mais agravado se compararmos os níveis quantitativos mais democráticos de acesso ao ensino com o grau qualitativo ainda insatisfatório.

De facto, o sistema de ensino tem por vezes uma acção perversa na qual o saber e o conhecer são trocados por fórmulas milagrosas de sucesso em testes e exames em que, uma qualquer mnemónica ou cábula, se valoriza mais do que uma consciência crítica de saber alicerçado. Por vezes até parece que os fins trocaram de lugar com os meios.

Subsequentemente, e paralelamente a esta realidade marcante podemos questionar-nos sobre outros motivos que direccionam os jovens para aparentes ausências de motivação e participação cívica.

Destaco também o paternalismo vigente, assente numa condescendente tolerância passiva em relação às intervenções menos “crescidas”, encerrando-as na memorização e pseudo-infantilização. Exemplos, mais ou menos recentes, mantêm-se dominantes em relação às gerações nascidas no pós 25 de Abril. A dívida de gratidão perante o inestimável e valioso contributo democrático de gerações anteriores tem sido, sistematicamente, fonte de predominância e limitação da intervenção dos mais jovens.

A estafada argumentação em torno da necessária renovação de protagonistas do jogo democrático apenas confirma esta mesma realidade.

“Geração rasca...” e outras, expressões do “se vocês soubessem o que custa...” ou “no meu tempo é que era...” são inegáveis marcas desta forma de manietação colectiva e redutora.

É esta forma de paternalismo retrógrado, que diariamente é repetida e ecoada, uma causa da limitação de uma real intervenção ou até mesmo uma vontade de participar. Sem qualquer ingratidão para com todos quantos lutaram, mesmo com a vida, pela conquista da liberdade, aos olhos de muitos jovens este tipo de intervenções claustrofóbicas cerceiam a motivação e minam a confiança em relação a um empenho sério no seu papel na sociedade. É esta mensagem de atrofio da discussão e do relegar para planos de insignificância a intervenção dos mais jovens que os afasta, cada vez mais, do necessário despertar da sua consciência cívica.

Com esta crítica a este *status quo* não se defende que a participação juvenil deva ser encarada como fundamental ou estruturante, ou que apenas dela dependem as grandes respostas aos desafios democráticos. Em consciência é injustificável que as regras da participação democrática assentem apenas no ímpeto dos mais novos, no seu voluntarismo inexcedível ou no natural idealismo ingénuo, sem as necessárias desilusões, dificuldades e complexidades que maturam um espírito crítico e refreiam o impulso irreflectido.

No entanto o que de essencial se está neste momento a limitar é precisamente o espaço de uma intervenção que, tão relevante como outras, tem acima de tudo o condão de proporcionar aos futuros cidadãos uma sólida e construtiva vivência formativa e crítica.

Por outro lado, esta mesma realidade será ainda limitativa da criatividade, da evolução e do surgimento de soluções cada vez mais democratizantes.

Onde estaria a sociedade contemporânea se gerações de jovens tivessem permanecido dentro dos padrões que a sociedade lhes impunha e, assim, acatado de forma acrítica as directrizes vigentes?

E no nosso país?

Teria existido oposição visível ao regime ditatorial sem a expressão de jovens que acreditassem noutras alternativas?

Teria havido 25 de Abril?

Deste modo, ao afastar as populações mais jovens do espaço de livre consciência, da opinião contraditória e da participação activa estaremos, sistematicamente, a negar uma futura cidadania mais activa, tão reclamada quanto assim negada desta maneira. Não permitir a expressão e o erro dos menos experientes é condicionar uma real formação baseada em maturidade e, por esta via, contribuir para uma futura sociedade mais desmobilizada e desinteressada.

Num outro patamar, e afastando-me agora do cinzentismo que caracteriza a maioria dos jovens, há efectivamente uma participação juvenil restrita, mais ou menos organizada. Refiro-me, em concreto, às juventudes partidárias.

Sob a sombra, mais ou menos tutelar, dos partidos políticos em que se inserem, estas estruturas agregam jovens numa aparente militância activa no debate democrático.

Sem experiência própria pessoal nesta matéria, atrevo-me no entanto a idealizar um percurso evolutivo de um jovem nestas estruturas. Com a independência e equidistância face a todas elas a leitura comum parece-me similar e de *modus operandi* idêntico.

Analisemos esta realidade à luz de uma linguagem mais acessível e ilustrativa, sabendo de antemão que política e futebol são cada vez mais, e infelizmente, duas faces de uma mesma moeda.

Juguemos então um pouco à bola...

Porventura ainda na adolescência, um jovem ingressa numa destas estruturas pelo convite simpático de um amigo, por uma influência familiar ou, tão só, porque inadvertidamente algo o fez cruzar-se com estas estruturas. Parece-me assim que o recrutamento e ingresso se faz no que de clubismo estas estruturas podem apresentar, sem razão e apenas com paixão. Tem então a primeira, e provavelmente a única, grande lição do jogo maniqueísta: “nós somos os bons e os outros sempre, mas sempre, os maus!”

Embarcado assim numa claque colorida, o jovem vai participando, vai conhecendo outros do mesmo clube e desempenhando as mais variadas tarefas de forma voluntária, desinteressada e acreditando que, por esta via, dá algo de si em prol do jogo de todos.

Assuma-se assim que, embora como porta enviesada, de facto as Jotas têm o mérito de introduzir os mais novos no jogo e convocá-los, quando fizerem falta à equipa, para jogarem em diversas posições.

Inicia-se assim um percurso “formativo” percorrido entre a bancada e o recinto de jogo. Passado algum tempo, conhecendo as regras próprias das partidas a que vai assistindo, ou participando, rapidamente o jovem atleta tem uma oportunidade de se tornar titular de algo mais. Basta-lhe perceber quais os

jogadores-chave da equipa que pode arregimentar, promover secretos contratos tácitos contra-natura entre outros que nem se podem ver na mesma claque e, enfim, apostar em ser alguém. À medida que aprende a jogar melhor este jogo de alianças e rupturas estratégicas, de compromissos e “caneladas” pelas costas, aspira a ser, um dia, capitão de equipa dos juniores do seu clube.

Inicia assim uma auspiciosa carreira que, profissionalmente, até o poderá levar a capitão da equipa principal ou mesmo ascender a “patrão” da nossa selecção nacional.

No entanto mesmo que chegado lá, tendo a sorte de não ter “lesões” graves na sua carreira, em que se baseou a sua aprendizagem?

Espera-se que o resultado de todo este treino seja um jogador maduro, consciente das suas capacidades, conhecedor de regras, confiante nas táticas de um mister que o apadrinha e como tal, apto a defender o seu estilo de jogo.

Assim, na medida dos seus estágios de bancada, estaria apto a dominar com destreza o contra-ataque certo que inverta o jogo dominante de um qualquer adversário.

De notar que neste conceito de adversário abrangem-se não só outros clubes político-partidários, mas igualmente as ameaças de injustiças sociais, as opções estratégicas para o desenvolvimento do país, os mais variados temas políticos, um qualquer orçamento de estado ou até a prepotência e outra qualquer ameaça à democracia.

No entanto, e pouco variavelmente, o promissor jogador pouco percebe do jogo real e das motivações de fundo que o devem fazer correr. Toda a sua formação nas camadas jovens se centrou antes na tática, na simulação, nos casos do jogo, nos apupos para, ou entre, as bancadas e, seguramente, em muitas conferências de imprensa fora das quatro, ou mais, linhas.

9 Entre o 25 e os trinta!

Está assim formada, à semelhança e imagem de estrelas politico-futebolísticas anteriores, uma nova arma que de secreta muito pouco tem e de eficácia duvidosa em cenários que não do jogo aparente.

É este mago da finta, e do salto de mergulho para a grande área, que acaba por emergir e ser uma promissora estrela da equipa.

Contudo, sem ter a preparação adequada ou a robustez madura, o jogador está ainda sujeito a ser rasteirado por um colega de treino e, durante umas temporadas, ir parar à prateleira dos indisponíveis. Pode também tão só não ser pura e simplesmente convocado porque as suas simpatias preferiam um treinador antigo ou porque o seu mister-tutor ainda não comanda a equipa.

Aproveitando o que de mais sério esta aparente leveza de análise poderá ter, poder-se-á encontrar um paralelismo, quase exacto, sendo, para mim e pessoalmente, a análise efectiva das jornadas e escalões da competição juvenil.

Num espaço de livre crítica e divergência democráticas, aceito a legítima defesa, em seu abono próprio, destas “escolinhas” coloridas. Provavelmente e imediatamente o argumento do contra ataque, embora num jogo de bola baixa, remeteria a causa das minhas críticas para uma eventual e mal digerida ausência de convocatória ou dispensa de um qualquer treino... o que nem poderá ser o caso... mas, a este nível a minha resposta apenas se sustenta na minha congénita inabilidade para jogos sem bola e sem regras.

Mercê das várias considerações anteriores poder-se-á pensar que existe, da minha parte, um pessimismo subjacente e um desencanto latente.

Nada mais de oposto!

São precisamente estas convicções que me motivam a aprofundar o que aparências e a alargar o sempre pouco que saiba.

Sem agendas próprias, ou encomendadas, na convicção de que a utopia poderá parecer um fim em si mesmo... mas porque, felizmente, irrealizável convém contudo não perder de vista.

Em que patamar fica assim a participação juvenil?

Estará ela irremediavelmente condenada à marginalização ou à instrumentalização?

Se nada for feito provavelmente a evolução tenderá a cristalizar estas distorções e, num futuro próximo, teremos uma sociedade ainda mais desmotivada e descrente nos mecanismos democráticos. No entanto, para os mais jovens a existência de referenciais e exemplos continua a ser a melhor fonte de influência e orientação.

Onde ir buscar essas referências então?

Todos reconhecem que é necessário credibilizar o debate político e restaurar a confiança ente eleitos e representados, sem que contudo tal seja efectivamente praticado.

Retomando o mote do 25 de Abril é chegado o momento de retirar ilações e ensinamentos que a humildade dos factos nos transmite.

30 anos depois:

Democratizámos a participação e cidadania de cada um?

Desenvolvemos a maturidade e responsabilidade democráticas?

Descolonizámos subserviências e obediências acríticas?

É neste balanço simplista que se encerram muitas das respostas para as expectativas da sociedade. Como relançar então a confiança? Como devolver a credibilidade?

11 Entre o 25 e os trinta!

Neste capítulo final acrescento, mais uma vez, as minhas humildes notas como cidadão, mais ou menos atento, tentando ilustrar exemplos sintomáticos e acessíveis a qualquer cidadão.

Responsabilidade.

Política é risco e consequência.

Ter a ousadia de propor soluções, acreditar nelas e empenhar-se na sua aplicação. Fazer escolhas é a realidade quotidiana de cada um de nós mas, aparentemente, em política pode haver mundos perfeitos, sem escolhas difíceis, em que tudo é óptimo, se na fileira oposta tudo é péssimo. Haverá memória de algum Orçamento de Estado em que houve escolhas assumidas e em que, declaradamente, se diga onde diminuámos para aumentar onde julgamos necessário?

Após mesmo a sua aprovação haverá cultura, educação, saúde, defesa, economia, segurança social, impostos justos para todos? Ou se do outro lado da barricada política artificial não haverá mesmo nada para ninguém? Ao ouvirmos as declarações dos diversos responsáveis ficamos com a estranha sensação de que temos mesmo recursos ilimitados e que nada faltará em lado

nenhum ou, no outro lado do mesmo espelho, de que não temos recursos sequer que sirvam para coisa alguma.

Verdade.

Estaremos já todos um pouco fartos das meias verdades, do sim de um lado que ecoa no não do outro lado, e vice-versa. Verdade, realmente, poderá não haver só uma, mas não haverá seguramente apenas as duas inabaláveis que dependem do situacionismo de apoio, ou de oposição, a um qualquer governo. Existirão comissões de inquérito, ou outras, em que à partida não se saiba quem vai estar de acordo ou contra as conclusões?

Mérito.

A sociedade portuguesa atribui muito pouco, ou nenhum, mérito, prestígio ou qualquer mais valia a alguém que desempenhe funções na causa pública. Sinónimos da intervenção política estão vulgarizados com escândalos, corrupções, amiguismos ou a sagrada instituição da “cunha” que coloca o amigo do primo num bom “tacho” assente na notória e inequívoca mais valia de que... “é dos nossos”. Duvidaremos sequer da verdadeira eficácia do caciquismo primário na sustentação de lideranças partidárias? Teremos muitas dúvidas que as formas de poder são reféns de um clientelismo inadmissível? Termino aqui este meu modesto contributo em torno de valores aparentemente arredados do nosso quotidiano democrático: responsabilidade, verdade e mérito. Sem, com isto ter alguma presunção ou pretensa autoridade, estando assim à mercê da crítica fundamentada de que não será bem assim ou que estarei equivocado. No entanto, apenas me escudarei na máxima de que: “Em política o que parece é!” Acabo com o registo e agradecimento do saudável desafio que o 25 de Abril me proporcionou para que, mesmo 30 anos depois, pudesse também ter a hipótese de participar na construção de uma melhor sociedade, sem a nobreza mas inspirado na igual modéstia de um Salgueiro Maia, e convicto assim de que se Abril está feito... ainda haverá mais Abril para fazer. Sempre!